

ISSN 0101 - 3335

# LETRAS DE HOJE

N: 81

SETEMBRO DE 1990

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

Curso de Pós-Graduação em Linguística e Letras

Centro de Estudos da Língua Portuguesa

**Letras de Hoje**  
**estudos e debates de**  
**assuntos de lingüística,**  
**literatura e língua**  
**portuguesa**

## EXPEDIENTE

### LETRAS DE HOJE

Fundada em 1967

#### Administração:

Avenida Ipiranga, 6681  
Caixa Postal 1429  
90620 Porto Alegre - RS - Brasil

Curso de Pós-Graduação em Lingüística e Letras / Centro de Estudos da Língua Portuguesa em convênio com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e FAPERGS.

#### Diretor:

Prof. Ir. Elvo Clemente

#### Assessora Editorial:

Maria Eunice Moreira

#### Conselho Editorial:

Para assuntos lingüísticos: Augustinus Staub, José Marcelino Poersch, Leonor Scliar Cabral, Leci Borges Barbisan, Feryal Yavas e Mehmet Yavas.

Para assuntos literários: Gilberto Mendonça Teles, Heda Maciel Caminha, Petrona Dominguez de Rodrigues Pasquês e Regina Zilberman.

Para assuntos interdisciplinares: Ignacio Antônio Neis e Urbano Zilles.

A Revista aceita contribuição de sua especialização.

Os originais enviados à Revista não serão devolvidos, mesmo que não sejam utilizados.

A revista aceita trocas.  
*On demande l'échange.*  
*We ask exchange.*

Preço da assinatura:  
- 4 números anuais:  
Brasil: 10BTN  
Exterior: US\$ 10  
- Número avulso: 3BTN

Os pagamentos podem ser feitos por cheques bancários ou através de vale postal em favor da EDIPUCRS.

Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 33  
Caixa Postal 12001  
90620 - Porto Alegre - RS - Brasil

## SUMÁRIO

Maria Eunice Moreira, Regina Zilberman - Apresentação .....	5
Francisco Ricardo Rüdiger - O Paradigma Narrativista na Moderna Teoria da História .....	7
Eliana Pibernat Antonini - O Narrador: sujeito da História e da história .....	25
Maria Luiza de Carvalho Armando - Simões Lopes Jornalista: Quatro textos descobertos .....	33
Nelson H. Vieira - A Ficção da História: Boca do Inferno por Ana Miranda .....	47
Luiz Fernando Valente - Viva o povo brasileiro: Ficção e Anti-história .....	61
Leonor G. Neves - Do Rio a Lisboa com Saramago e Ricardo Reis .....	75
Maria Eunice Moreira - Bouterwek e Sismondi: A literatura brasileira na historiografia européia .....	85
Regina Zilberman - Administrando a literatura por meio da História: Ferdinand Denis, Almeida Garrett e a literatura brasileira .....	97

OPINIÃO .....	112
RESENHAS .....	115

## APRESENTAÇÃO

As relações entre ficção e história foram matéria de reflexão desde a Antiguidade. Aristóteles, na *Poética*, hierarquiza essas relações, atribuindo à poesia, produto da mimese, universalidade maior que a da história. Nos idos do século XVIII, a situação mudou: a história foi elevada à condição de ciência e englobou a literatura, cuja produção ao longo do tempo organizou segundo padrões transportados de outros horizontes.

Nas últimas décadas, essas relações voltaram a ser objeto de interesse heurístico. A mudança deveu-se, de uma parte, aos rumos adotados pelo romance contemporâneo, que, talvez remontando as suas origens, se aproxima crescentemente da crônica histórica. *O nome da rosa*, para citarmos o best-seller de Umberto Eco, é o sintoma mais evidente do sucesso alcançados por narrativas que mesclam eventos fictícios com fatos tidos como verdadeiros, sem que se confundam com o romance histórico, criação do Romantismo e hoje superado. Mas obras como *Memórias de Adriano*, de Margareth Yourcenar, já sinalizavam, nos anos 70, que um novo modelo de narrativa substitua os experimentos característicos dos vários modernismos da primeira metade do século XX.

A mudança deveu-se, de outra parte, às investigações renovadas de filósofos como Paul Ricoeur, historiadores como Hayden White ou teóricos da literatura como Hans-Robert Jauss e Wolfgang Iser. A redescoberta de Walter Benjamin, no campo da Estética, ou as pesquisas de Robert Dartnon e Dominique La Capra, no âmbito da história, contribuíram igualmente para que se rediscutissem os efeitos

mútuos causados pela integração entre a literatura enquanto manifestação do imaginário e a história enquanto relato do real.

Eis por que é altamente relevante trazer à luz ensaios que, voltados sobretudo à literatura e à historiografia em língua portuguesa, discutem a questão e analisam obras em que se tematiza o relacionamento entre os dois campos, fertilizador da criação artística e da reflexão crítica. Esta é a matéria principal desse volume de *Letras de Hoje*, que, como tal, mais uma vez se associa às investigações mais recentes e estimulantes das Ciências Humanas.

Maria Eunice Moreira  
Regina Zilberman,  
Organizadoras

## O PARADIGMA NARRATIVISTA NA MODERNA TEORIA DA HISTÓRIA

Francisco Ricardo Rüdiger  
PUCRS / UCS

Em 1979, Lawrence Stone, conhecido historiador inglês, proclamou um retorno à narrativa nos estudos históricos que vem se constituindo paulatinamente em característica da historiografia desde os anos 80. Depois de um período marcado pelo predomínio do enfoque teórico e dos métodos sistemáticos, a historiografia vem redescobrendo não-somente a hermenêutica do vivido cotidiano, mas também o relato genético e pictórico das experiências passadas, reatando com os modelos literários dos historiadores da I metade do século XIX.

George Duby exemplifica hoje a figura do historiador para o qual não só o acontecimento singular, dependente da narração para adquirir sentido, recobre literariamente o foco das preocupações da historiografia, mas a própria narrativa literária transforma-se em meio de compreensão da história, conforme se pode constatar, respectivamente, em *A batalha de Bouvines* (1973) e *Guilherme, o Marechal* (1984).

Nesse contexto, a reflexão teórica sobre os estudos históricos tem passado por uma mutação semelhante, na qual a tematização da história como ciência tem cedido lugar a sua compreensão como gênero literário. Em vários centros de pesquisa, autores ligados às mais variadas linhagens filosóficas vêm fazendo convergir para este foco suas análises sobre o estatuto do conhecimento histórico, bastando-nos citar, para dar conta dessa diversidade, os nomes de Hayden White, Jerzy Topolski, Jörn Rüsen e Paul Ricoeur. Em nosso próprio

meio, essa problemática começa a ser debatida, principalmente entre os estudiosos da literatura (Cf. Costa Lima, 1984; Riedel, 1988).

Na verdade, porém, as raízes desse movimento situam-se na reação da chamada filosofia analítica ao predomínio da compreensão neopositivista do conhecimento verificado a partir da década de 50. Para essa corrente, a linguagem não pode ser entendida nos termos propostos pelo empirismo lógico dos neopositivistas, na medida em que sua estrutura não se reduz à figuração dos estados de coisa do mundo, mas compreende os significados resultantes de seu emprego por uma comunidade, conforme sugeriu o segundo Wittgenstein, em suas *Investigações filosóficas* (1953).

A tematização da história pelos seus representantes se deu neste contexto, como campo de exercício e prova de suas teses. As notas seguintes pretendem recapitular o contexto original de surgimento do narrativismo e as principais etapas de formação dessa doutrina, que constitui hoje um paradigma de compreensão da ciência histórica. A discussão e desenvolvimento da doutrina em matrizes teóricas diversas foge ao escopo do trabalho. Paul Ricoeur, embora não se filie diretamente ao narrativismo, merece exceção relativamente a este último ponto por ter dado à doutrina uma filosofia, cuja fundamentação hermenêutica é desenvolvida na parte final do texto.

## 1. A FILOSOFIA ANALÍTICA DA HISTÓRIA

A filosofia analítica resulta da ruptura com os modelos epistemológicos construídos dentro do paradigma neopositivista. Para ela, a história tem uma série de especificidades próprias, manifesta no seu caráter narrativo, que a distinguem das demais ciências. O conhecimento histórico tem limites determinados por sua linguagem, que exigem sua compreensão noutro paradigma. O pensamento epistemológico não pode apresentar um descompasso com a prática concreta da ciência, cujo estudo consiste em última instância na descrição analítica de sua linguagem.

Para os filósofos analíticos, esse estudo pressupõe um tratamento relativamente neutro, desprovido de aspectos doutrinários, de sua matéria. No entanto, convém matizar essa concepção, na medida em que, passando por diversas fases de desenvolvimento, a corrente

acabou dando lugar a uma doutrina, caracterizada pela aceitação do caráter narrativo e compreensivo da historiografia, que podemos chamar *narrativista*.

William H. Walsh pôs em circulação esses princípios e abriu as pesquisas dessa corrente em sua *Introdução à Filosofia da História* (1951). O autor se encontra na encruzilhada entre os paradigmas neopositivista e idealista, assumindo uma postura crítica com relação ao primeiro, sem aceitar as teses dos segundos, preferindo manter uma postura analiticamente neutra no exame do conhecimento histórico. O resultado dessa análise é a tese de que o saber histórico tem um modo de explicação distinto das ciências. Trata-se da chamada *coligação*; ou seja, o estabelecimento de relações de continuidade e inteligibilidade entre fatos que formam deste modo um todo (Walsh, 1951:58).

Conforme conclui o autor:

Porque as ações são, de um modo geral, a realização de propósitos e porque um propósito ou política únicos podem encontrar expressão em toda uma série de ações, realizadas por uma pessoa ou várias, é que podemos dizer que certos fatos históricos estão intrinsecamente relacionados. (p. 58)

A coligação serve portanto para agrupar os acontecimentos sob movimentos e tendências gerais adequadas à matéria tratada pelo historiador. A hipótese condutora é que os acontecimentos constituem um todo inteligível, no qual se reconhece a persistência de certos elementos e a necessidade de outros para compreender sua sucessão e permanência.

William Dray completou a ruptura com o positivismo em *Laws & Explanation in History* (1957). Para o autor, o método histórico não procede a explicações baseadas em leis de cunho geral, mas modelos alternativos de tipo causal ou racional, comporta vários modelos de explicação. Em seu livro, ele se propõe a fazer uma crítica do conceito de explicação, sem afastá-lo do campo da história, a exemplo dos idealistas. Em primeiro lugar, o autor resume os argumentos contra o postulado positivista da identificação do princípio da causalidade com o modelo nomológico. As explicações históricas não utilizam leis gerais, porque o próprio modelo é inconsistente; as leis gerais não são suficientes, pois não servem para prever aconte-

cimentos concretos, apenas a classe em que podem ser enquadrados. Assim, não têm serventia para o historiador, que procura a seqüência concreta dos fatos e não a subordinação de cada um deles a uma fórmula abstrata, que não pode dar conta deles como temas de história.

Em seguida, ele mostra que a explicação histórica consiste numa análise seletiva dos componentes de uma situação, que podem receber a imputação de causas de certos eventos. Nela não intervém o uso de qualquer lei. As generalizações que o historiador utiliza não justificam a validade das causas, servem apenas para escolher certas condições necessárias à ocorrência dos acontecimentos, exigindo assim procedimentos de interpretação.

Finalmente, o autor apresenta o modelo de explicação racional, que julga válido principalmente para a explicação de ações humanas inseridas na narrativa do historiador. A explicação racional consiste em mostrar que certo fato aconteceu devido a certas razões. Ele deve demonstrar que o fato ocorrido era justificável pelo seu agente conforme certos princípios de ação. Aparentemente trata-se de uma explicação bastante semelhante à explicação pela lógica da situação proposta por Popper, na medida em que considera os fins que o agente tinha, as circunstâncias empíricas de sua ação e os padrões éticos e morais vigentes em sua época. A questão é proceder a reconstrução desse contexto e o cálculo que o agente faz com relação a ele para empreender uma ação. Trata-se de uma explicação que pode ser dada mesmo quando esse cálculo não é feito pelo agente, pois consiste num procedimento metodológico construído pelo historiador.

Dray complementou esse trabalho de desmontagem do modelo positivista em *Filosofia da História* (1964). Nesse texto, ele retoma a discussão da objetividade do conhecimento histórico para minar a ortodoxia de seus postulados. O autor concorda que os critérios e fatores envolvidos na seleção e ponto de vista aplicados aos problemas históricos são logicamente independentes das conclusões obtidas pela pesquisa, mas observa que o mesmo não vale para as escolhas de resposta que ela fornece. É preciso distinguir entre a escolha de certos problemas e a escolha de solução do mesmo. Como ele afirma,

Parte essencial da tarefa do historiador é determinar o que deve ser incluído e isso é um problema que surge depois

de haver selecionado seu objeto de estudo. A necessidade de escolher manifesta-se durante investigação e não apenas no momento de escolhê-la. (Dray, 1964:49)

Portanto, a questão da objetividade consiste em saber o que é digno de nota, porque certo aspecto e não outro soluciona o problema. Tomando como exemplo as reconstituições históricas da Reforma, o problema é saber que tópicos fornecem ou não um quadro objetivo da época. Para Dray, todos os critérios envolvem um julgamento de valor por parte do historiador. A história procede sempre à interpretação, os historiadores:

Empregam o tempo 'causa' de maneira tal que seus juízos de valor se tornam relevantes para suas conclusões causais — não só no sentido de que as conclusões dependem logicamente deles. Enquanto 'causa' não significar 'condição suficiente' deverá haver alguma razão para isolar, dentre as demais, uma condição importante da ocorrência. (...) A razão do historiador parece derivar de considerações morais. (p. 82)

De certo, não há necessidade de concluir que a variedade de versões é contraditória ou algumas delas são falsas. De qualquer modo, elas mostram que a pesquisa histórica não é logicamente livre de valores e influências de contexto. Conforme observa Goldenstei, que retomou recentemente essa questão, o objetivismo é apenas uma possibilidade que os argumentos positivistas tentam sustentar, mas na verdade os julgamentos do historiador, baseados em evidências, jogam com essas evidências conforme seus valores e perspectivas de interpretação (Goldenstei, 1978).

Dray acompanha o raciocínio defendido alguns anos antes por Walsh de que a seleção feita pelo historiador está baseada em valores e critérios de importância que a distinguem metodologicamente das ciências.

A conclusão geral dessa análise do conhecimento histórico é a revisão do estatuto científico dado a ele pela tendência neopositivista. Dray comunga com Walsh a tese de que não se pode negar a presença de julgamentos de valor na atividade do historiador, esses julgamentos não podem ser lidos nos fatos e por isso precisamos matizar a doutrina da cientificidade da história (Walsh, 1951:174).

Em suma, os traços do saber histórico têm uma especificidade que obriga a filosofia analítica a rever seu conceito:

Minha opinião pessoal é que existem, de fato, traços proeminentes na investigação histórica que tornam profundamente desorientador considerar a História, sem qualquer qualificação como uma ciência. (...) Esses traços são uma forma de explicação que não se orienta obviamente para a subordinação a leis gerais; uma abordagem, para construção da História, que inclui preocupação por avaliação, tanto quanto pelo simples relato verídico e um conceito de conexão causal que envolve considerações tanto morais como indutivas. (Dray, 1964:87)

## 2. A CORRENTE NARRATIVISTA

A concepção narrativista se desenvolveu no seio da corrente analítica a partir dessa ruptura com o positivismo, na medida em que o diagnóstico do saber histórico passa necessariamente para seus autores pela análise de sua linguagem. Nesse sentido, podemos distinguir duas fases em seu desenvolvimento. A primeira é marcada pela manutenção do postulado do caráter causal da pesquisa histórica; o segundo se caracteriza pela aceitação do caráter compreensivo, mediado pela narração, do conhecimento histórico. Ambas estão presentes no pensamento de N. W. Gallie.

Para o autor, o conhecimento histórico se define pelo uso de explicações genéticas, que consistem na exposição das principais etapas verificadas numa seqüência de acontecimentos. Elas têm as seguintes características:

- (1) Estabelecem uma continuidade entre certo número de condições anteriores e um subsequente no curso do tempo
- (2) Sustentam a seqüência assim estabelecida apenas no sentido genérico de sua formação, e não em termos lógico-dedutivos
- (3) Negam a existência de condições suficientes na ocorrência dos fenômenos e portanto não se dispõem à predição. (p. 480)

As explicações genéricas se limitam a selecionar algumas condições necessárias dos eventos, dispensando uma explicação posterior

de caráter nomológico. Os historiadores compreendem as relações de dependência entre certos fatos, captam suas tendências, mostrando como dados eventos não poderiam ter ocorrido sem determinados fatos antecedentes e os expõem numa narrativa (p. 484). Esse procedimento é válido para todo o tipo de explicação histórica, inclusive os casos das ações humanas motivadas por representações, motivos ou razões, pois esses elementos "concebem-se sempre como condições antecedentes necessárias e contínuas, em certos sentidos específicos, da ação que se segue". (p. 487)

Em *Philosophy and the Historical Understanding* (1964), Gallie salienta que o conhecimento histórico deve ser avaliado em função da narrativa da qual procede e fornece o conteúdo (p. XI). O método histórico se baseia no uso de explicações genéticas, que procedem da estrutura narrativa do saber histórico. Há uma continuidade entre a linguagem ordinária e o relato histórico. A história tem por objeto as ações passadas registradas nos documentos ou que podemos inferir do seu estudo, fazendo parte desse modo do seu mundo de comunicação.

Por causa disso, a tarefa do historiador não consiste em deduzir os fatos de leis gerais ou predizer o futuro, mas compreender as conexões responsáveis pela ocorrência dos fatos, mantendo o tecido da estrutura narrativa que articula aquele mundo. A tarefa do historiador se baseia na compreensão dos documentos legados pelo passado e na sua explicação através de uma estrutura narrativa.

Artur C. Danto precisou essa estrutura narrativa do saber histórico em *Analytical Philosophy of History* (1965). O texto assinala a passagem do entendimento da narrativa como forma de expressão dos procedimentos explicativos para forma de explicação dos fatos históricos. Para o autor, a característica mínima da história é o uso de frases narrativas. A historiografia se define como:

- (1) narração que descreve e explica acontecimentos cujo significado não reside neles mesmos, mas na história em que se inserem;
- (2) conjunto de fatos relacionados com os demais mediante frases narrativas, que descrevem o primeiro em relação ao segundo e assim sucessivamente.

Logo, o historiador se refere por definição a acontecimentos passados, pois os eventos em função dos quais descreve os primeiros se encontram sempre antes do momento da narração da história.

O método histórico tem um caráter retrospectivo. O historiador busca as condições antecedentes de um evento após a sua ocorrência, pesquisa as causas a partir dos eventos proibindo-se assim de fazer qualquer previsão. A explicação histórica é uma explicação genética, que visa as condições necessárias para o evento, conforme o ponto de vista da narração elaborada pelo historiador.

Danto merece especial atenção porque afirma que a explicação reside na própria estrutura da narração, não podemos separar uma da outra na historiografia. A explicação de um acontecimento histórico se confunde com a descrição do modo como se formou, segundo certas perspectivas. A história responde à pergunta por que um evento aconteceu relatando seus antecedentes, através de uma narração. Portanto, a explicação genética reside na própria estrutura narrativa da história.

Em contrapartida, Louis Mink precisa ser citado por ter resgatado a dimensão metodológica dessa questão, esquecida por Danto. Para ele, a estrutura narrativa da história forma uma totalidade de sentido, responsável pela significação de seus elementos constitutivos, que não apenas requer, mas propriamente fornece o procedimento de compreensão do historiador. A compreensão é um procedimento intelectual que apreende as relações entre as ações humanas e define o caráter de uma narração. Mink retoma as teses de Gallie. A compreensão é um tipo de julgamento, que consiste em "explicar um evento traçando as relações intrínsecas que mantém com outros, situando-o em seu contexto histórico." (Mink, 1965:179)

A história é um modo de estudo distinto da ciência e da filosofia, mas bastante semelhante à literatura, na medida em que baseia a consideração de sua matéria numa estrutura narrativa. Com efeito, seu saber não está baseado na representação da realidade, mas na sua significação:

Estórias não são vividas, mas contadas. A vida não tem começo, meio e fim; ela tem ligações, mas o ponto de partida de um caso de vida pertence à história que relatamos depois dele acontecer; ela tem rupturas, mas rupturas derradeiras só existem na sua estória. Ela contém promessas, planos,

batalhas e idéias, mas somente na sua representação histórica há promessas desfeitas, planos fracassados e idéias seminais. (Mink, 1970:557)

Para o autor, portanto, a questão da narrativa e da explicação genética são subordinadas à questão da compreensão do sentido. O narrativismo confunde-se progressivamente com a hermenêutica. A compreensão da história não é senão o reconhecimento de uma forma narrativa que produz a deflagração de sentido. A compreensão é um procedimento configurante de síntese, que consiste em apreender as coisas num conjunto significativo, cujo sentido não se encontra em seu conceito, mas no conjunto de suas conexões, articulado pela narração. De certo, os juízos históricos considerados isoladamente podem ser verdadeiros ou falsos, mas no conjunto a narrativa não é uma cópia da realidade:

A narrativa histórica reivindica verdade não apenas para cada parte de suas afirmações individuais consideradas em parte, mas para o próprio complexo da narrativa. (Mink, 1978:144)

O trabalho do historiador não consiste portanto na reconstrução crítica do passado, mas na revisão das narrativas que procedem a sua configuração, sabendo-se que, nessa atividade, certos conteúdos (os conteúdos históricos) podem ser agregados à revisão, enquanto outros (os conteúdos narrativos) não, por envolverem a montagem de outra configuração. Aliás, história e literatura distinguem-se nesse aspecto, que veda a recaída da história no mito (Mink, 1978).

De resto, o autor lembra que a compreensão não serve apenas para metodologia do historiador, mas também para moldar o conteúdo reflexivo da história. A estrutura narrativa tem uma função reflexiva, na medida em que o acompanhamento de uma história por um público ou auditório pode gerar uma fenomenologia.

Em contraponto, Roland Barthes fornece um enfoque estruturalista da problemática narrativista, evidenciando as linhas de convergência temática verificadas no pensamento epistemológico contemporâneo. O autor aplica os princípios teóricos desenvolvidos pela lingüística estrutural e a semiótica à análise do discurso da história. A história consiste num modo de representação baseado no que ele chama ilusão referencial:

O paradoxo que regula toda a pertinência do discurso histórico (com relação aos demais discursos): o fato nunca tem senão uma existência lingüística (como termo de um discurso) e, no entanto tudo ocorre como se essa existência fosse só a cópia da outra existência, situada num campo extra-estrutural: o real. Esse discurso é sem dúvida o único em que o referente é considerado exterior ao discurso; e, no entanto, nunca é possível encontrá-lo fora desse discurso. (Barthes, 1967:48)

A narração histórica está baseada em fatos comprováveis, mas a significação desses fatos pertence ao conteúdo do relato, e não ao seu referente. O narrador procura se omitir do discurso para deixar os acontecimentos falarem ou o movimento histórico se revelar, criando um efeito de realidade, que confunde o real com sua expressão, do ponto de vista do auditório ou leitor.

A forma do discurso esconde os expedientes pelos quais os fatos recebem sua significação do discurso, na medida em que são confundidos com o referente pela estrutura narrativa. A preocupação com o passado veda a manifestação do historiador no discurso, como se tivesse uma autonomia, quando na verdade sua explicação consiste na sua significação pela narrativa:

Em outras palavras, na história 'objetiva', o 'real' é sempre apenas um significado não formulado, que se refugia atrás da onipotência do referente. Tal situação define o que poderia chamar-se *efeito de realidade*. (p. 49)

A preocupação com a realidade histórica (passado) veda teoricamente o acesso de todos os elementos não objetivos ao discurso, cujo fim é fazer com que se enfrentem apenas a realidade e sua expressão. O resultado é efeito de realidade, na qual este se reduz ao significado 'assim aconteceu'; vale dizer, uma série de atos de fala que se metamorfoseiam em atos de autoridade (p. 50).

Hayden White avança nessa mesma linha de análise, conjugando em seus escritos elementos de vários paradigmas. O enfoque narrativista é desenvolvido mediante o uso combinado de conceitos do estruturalismo e da crítica das ideologias, com claro prejuízo do entendimento gnoseológico de sua problemática. Para o autor, a história consiste numa forma ou artefato literário; a linguagem da historiografia é constitutiva do conhecimento histórico, pertencendo a mesma

classe de estrutura e discurso da literatura. O resultado é sua caracterização como proto-ciência:

A história não é uma ciência; ela é no máximo uma proto-ciência, que inclui em sua constituição elementos não científicos especificamente determinados. (White, 1973:21)

Segundo o autor, o problema da explicação histórica se resolve na série de procedimentos lingüísticos empregados pelos historiadores. O campo dos estudos históricos é prefigurado por certos *tropos* lingüísticos (metáfora, metonímia, sinédoque e ironia) antes de ser trabalhado por ele. A aplicação da linguagem ao campo histórico prefigura a explicação teórica, que se limita a formalizar qualidade dada anteriormente à sua matéria (White, 1974:54). As figuras de linguagem estabelecem as relações de representação possíveis entre a ciência histórica e o passado, os termos significantes da reconstrução do segundo pelo primeiro.

Essa estrutura lingüística, caracterizada como espécie de *a priori*, não tem contudo caráter formal, pois pode ser conceituada em termos sociais. Na verdade, ela assinala o vínculo primário do pesquisador com sua comunidade, "pois a ligação entre um dado historiador e seu público potencial é forjada num nível pré-teórico, especificamente lingüístico" (p. 429).

O historiador desenvolve seu trabalho em cima dessa estrutura profunda, que determina o sentido de sua pesquisa; ele articula uma história e reconstrói o passado sob esse pressuposto ao mesmo tempo formal e sociológico. Desse ponto de vista, aliás, seu trabalho consiste basicamente numa série de escolhas estéticas ou morais, pois "existe uma afinidade eletiva entre o ato de prefiguração do campo histórico e as estratégias explanatórias usadas pelo historiador" (p. 30).

As explicações do historiador não têm autonomia própria, compõem-se de procedimentos empregados pela linguagem ordinária, confundem-se com o processo de significação do seu referente pela narração (White, 1974:58-9). Não obstante, podemos distinguir três componentes básicos, cuja articulação, variável de historiador para historiador, constitui a matriz da explicação histórica ou estratégia compreensiva do pesquisador. O primeiro é o argumento ou modelo teórico com que ele dispõe seus fatos na estrutura lingüística de base; o segundo é a trama que ele elabora para expor seu desenvolvimento

e costurar os dois outros componentes; o terceiro e último é o sistema ideológico, que enfoca este movimento desde uma dada perspectiva. O conjunto forma o estilo do historiador:

Venho sustentando que o estilo de um dado historiador pode ser caracterizado nos termos do protocolo lingüístico que ele usou para prefigurar o campo histórico, antes de subordiná-lo às várias estratégias 'explanatórias' que ele usou para formar uma estória em cima da crônica dos eventos contida nas fontes históricas. (White, 1973:426)

Em última instância, a historiografia consiste numa atividade poética, comandada por estruturas estéticas, que não apenas vedam seu estatuto pleno de ciência, mas lhe associam com o trabalho da imaginação. A estrutura narrativa historiográfica, que pretende representar eventos reais, na verdade se funda na imaginação:

Como o passado, que por definição compreende eventos, processos e estruturas que não podem mais ser percebidos, pode ser representado em uma consciência ou discurso senão de modo imaginário? (White, 1981:33)

Para White, a prática do historiador é criadora de ficção e a história responsável por uma forma de verdade especificamente humana. Nesse sentido, mostra como a tendência narrativista, em seus representantes mais recentes, esgota seus conteúdos analíticos e se transforma progressivamente numa teoria da historiografia.

Concluindo este capítulo, convém salientar em contrapartida que a corrente analítica tem mostrado fortes tendências à diluição, quer no sentido hermenêutico, quer no sentido de algumas linhas de pensamento estruturalista. O desenvolvimento de sua problemática tem levado à colocação de seus tópicos de discussão sob o enfoque de outros paradigmas. O principal deles é o fornecido pela hermenêutica de Paul Ricoeur.

### 3. NARRATIVISMO E HERMENÊUTICA EM RICOEUR

Em *Temps et Récit* (1985-6), Ricoeur avança nessa problemática, propondo-se aprofundar o entendimento da estrutura da história efe-

tual que carrega a compreensão como modo de ser do homem. A tese do autor é que essa estrutura está sedimentada na forma narrativa. A fenomenologia é incapaz de apreender o tempo, que precisa sempre ser refigurado pelas estruturas narrativas da práxis humana. O mundo humano que se faz no tempo é tecido de modo narrativo; há uma correlação entre a atividade de relatar um acontecimento e o caráter temporal da experiência humana (v. III):

O tempo se torna tempo humano na medida em que se articula conforme um modo narrativo, e o relato atinge sua significação plena quando se torna uma condição dessa experiência temporal. (v. I: 85)

O tempo humano nasce do trabalho conjunto da história e da ficção, ele é recontado pelo entrecruzamento de suas estruturas narrativas (v. III: 264-76). A tematização da história se insere nessa discussão a título de campo de prova das teses do autor. Ricoeur desenvolve sua tese do caráter complementar da explicação e da compreensão na história. O problema é estabelecer as relações entre a análise histórica e a compreensão narrativa na modelagem da primeira. Para ele, "a história não pode romper seus laços com a narrativa sem perder seu caráter histórico" (v. I:250). A explicação é um procedimento autônomo, porém, caracterizado pela conceitualização e preocupação com a objetividade, que não se encontram no simples relato. Assim, não fosse essa, não haveria ciência, mas não fosse aquela não haveria história. A historiografia tem um caráter em última instância narrativo, mas esse caráter fundamental se compõem em sua estrutura metodológica.

Logo, a história depende de uma intencionalidade própria, chamada pelo autor de intencionalidade histórica:

Eu entendo com ela o sentido da visada poética que constitui a qualidade histórica da história e a presença de se dissolver nos saberes que se somam à historiografia, através de seu casamento racional com a economia, a geografia, a demografia, a etnologia, a sociologia das mentalidades e das ideologias. (v. I:253)

Ricoeur precisa que a relação entre a análise história e a compreensão narrativa não é direta. A explicação é um procedimento

autônomo, caracterizado pelo uso de conceitos e a preocupação com a objetividade do conhecimento, que não se encontram no simples relato (v. I:248-9). Entretanto, ela é perpassada pela estrutura narrativa. O autor analisa a questão em cima de três pontos.

O primeiro deles é a imputação causal. A explicação causal dos fenômenos históricos, mesmo que seja possível recorrer a leis gerais, passa sempre pelo exame das condições necessárias que precisam ser selecionadas por uma interpretação do historiador. Em outras palavras, sua descontinuidade é articulada pela continuidade do relato (v. I:256-69). As categorias empregadas pelo historiador são o segundo elemento. Os conceitos e tipos-ideais do conhecimento histórico têm um caráter supra-individual, referem-se a entidades coletivas e movimentos de massa, mas derivam de uma compreensão como personagens de uma narração (v. I:269-87). O último ponto é o conceito de tempo histórico. A historiografia, seja narrativa ou não, opera com escalas de tempo que transcendem a subjetividade dos agentes sociais, cuja descrição é feita não obstante como acontecimentos sobrevindos a um sujeito em termos narrativos (v. I: 287-313).

A conclusão tirada pelo autor é que a mudança é uma dimensão inelutável e categorial da história enquanto conhecimento *histórico*. O fator responsável por isso é a trama da compreensão narrativa que envolve a historiografia. A competência narrativa de todo sujeito assegura portanto a identidade do conhecimento histórico. Os elementos constitutivos da análise histórica derivam diretamente da estrutura formal da narrativa.

Para Ricouer, a dimensão metodológica da referência está subordinada à dimensão hermenêutica da refiguração do tempo pela estrutura narrativa (Ricouer, 1985:12). A historiografia responde às aporias do tempo humano elaborando um tempo de mediação entre o tempo vivido e o tempo cósmico: o tempo histórico; ela reinscreve o primeiro no segundo, através de método próprio e escala particular, com base nos documentos, restos e fontes (p. 147).

A pesquisa nos arquivos e o exame críticos das fontes para a reconstrução do passado ocorrem no fluxo da consciência de ser afetado pela história. A história efetual se antecipa à historiografia, de modo que ela não remete ao passado como referência, mas sim como refiguração (p. 148). O passado é conhecido por traços mate-

riais que constituem as fontes do historiador, mas não pode ser confundido com a consciência que temos dele, pois então o historiador não conheceria o passado, mas sim seu próprio pensamento sobre ele; nem a representação de uma dimensão distanciada e separada no tempo, pois então perderíamos a possibilidade de conhecê-lo pela sua alteridade radical. Na verdade, a solução consiste no entendimento do passado como dimensão hermenêutica carregada pela estrutura narrativa que compõe a história efetual; o passado se encontra prefigurado por figuras de linguagem (metáforas), antes de ser conhecido pelo historiador:

Assim, entre um relato e um curso de acontecimentos, não há relação de representação, de reduplicação, de equivalência, mas sim uma relação metafórica: o leitor é dirigido (pelo historiador) para o tipo de figura que assimila os acontecimentos, relacionando-os a uma forma narrativa que se tornou familiar pela ação de nossa cultura. (p. 224)

O passado é reinscrito na atualidade por um procedimento que, por um lado, o torna presente, e, por outro, o põe à distância, impedindo assim que se esgote; apreendemos o passado por analogias que vinculam a estrutura narrativa da linguagem do historiador ao mundo vivido pela sua comunidade numa dada época, através de um mesmo contexto de tradição ou história efetual (p.226-7).

Portanto, a chamada intencionalidade histórica situa-se na história efetual, que concerne à consciência histórica de uma comunidade, no sentido duplo de consciência de fazer história e consciência de pertencer e sofrer a ação da história. O contexto da refiguração do tempo pelo relato histórico é o movimento de totalização da história. A condição histórica do homem e a consciência histórica dessa situação formam um processo de totalização marcado pela finitude e mediado pela narração. A historicidade da vida é figurada pela compreensão narrativa, que transpõe e transmite os acontecimentos através do relato, na medida em que os mesmos se articulam conjuntamente com a vida da comunidade.

A história efetual é o contexto de recontagem do tempo pela referência cruzada da história com a ficção; por isso, a historiografia vincula-se à práxis e à consciência de fazer história que põem em jogo sua totalização. A comunidade pauta sua ação pelos ensinamentos

que retira da história que ela mesma escreveu, evidenciando a força do presente no curso do tempo (p. 313). A temporalidade é a estrutura da existência que insere a linguagem na narrativa e a narrativa é a estrutura de linguagem que tem na temporalidade seu derradeiro referente. "Em uma palavra, a identidade narrativa (produzida pela referência cruzada entre história e ficção) é a resolução poética do círculo hermenêutico" (p. 358).

#### 4. CONCLUSÃO

De certo, as considerações acima não esgotam a análise do estatuto narrativo da história, que remete não só para o problema de sua conexão com os procedimentos teórico-analíticos da ciência histórica, mas para a própria problemática do estatuto epistemológico da história. O primeiro aspecto está presente no exame da questão feito por Paul Ricouer. O segundo situa-se num plano mais vasto. Para vários autores, a reabilitação da narrativa na reflexão sobre os estudos históricos significa mais que um simples retorno; constitui parte do movimento de rejeição do modelo logocêntrico da ciência moderna. A dimensão ficcional da historiografia é um dado estrutural que não só relativiza suas pretensões como conhecimento, mas explicita a falência do conceito de ciência moderna, abrindo espaço para o reconhecimento da positividade de saberes não-científicos aos quais falta, na verdade, a condição de conhecimento.

A discussão dessa questão, que nos parece mal formulada, dependendo de uma discussão mais ampla, foge ao escopo deste texto. A redução da historiografia à narração contém um esquematismo simétrico a sua caracterização exclusiva como ciência. Em conclusão, nos basta salientar o aspecto positivo da revisão bibliográfica feita acima, notadamente o caráter necessariamente narrativo da estrutura dos estudos históricos, que coordena não-somente a exposição do conhecimento sobre o passado, mas seu próprio campo de análise e pesquisa. A narração constitui portanto não-somente uma forma de exposição de sua matéria, mas um princípio constitutivo da história.

#### BIBLIOGRAFIA

- BARTHES, Roland. "El Discurso de la Historia". In: —, *Literatura y Estructuralismo*. Buenos Aires; Nueva Visión, 1970.
- COSTA LIMA, Luiz. *O controle do imaginário*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- DANTO, Arthur C. *Analytical Philosophy of History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968. 2 ed.
- DE CERTEAU, Michel. *L'Écriture de l'Histoire*. Paris: Gallimard, 1978. 3 ed.
- DRAY, William. *Laws and Explanation in History*. Oxford: Oxford University Press, 1977.
- DRAY, William. *Filosofia da História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. 2 ed.
- DUBY, Georges. *Bouvines Dimanche*. Paris: Gallimard, 1973.
- DUBY, Georges. *Guilherme, o Marechal*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- GALLIE, W.B. "Explicações em História e nas Ciências Genéticas". In: Patrick Gardiner (Org.). *Teorias da História*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1984.
- GALLIE, W.B. *Philosophy and the Historical Understanding*. London: Chatto & Windus, 1964.
- GOLDENSTEIN, Leon. *Historical Knowing*. Dallas: Texas University Press, 1984.
- KOCKA, Juergen. "Um Retorno à Narrativa". *Geschichte und Gesellschaft X* (395-408) 1984. (Trad. René Geertz)
- LOZANO, Jorge. *El Discurso Histórico*. Madri: Taurus, 1987.
- LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.
- MINK, Louis. "The Autonomy of Historical Understanding". In: William Dray (Org.). *Philosophical Analysis and History*. New York: Prentice-Hall, 1965.
- MINK, Louis. "History and Fiction as Modes of Comprehension". *New Literary History XX* (541-558) 1979.
- RICOUER, Paul. *Temps et Récit I*. Paris: Seuil, 1983.
- RICOUER, Paul. *Temps et Récit III*. Paris: Seuil, 1985.
- RIEDEL, Dirce Cortes (Org.). *Narrativa — História e Ficção*. Rio de Janeiro: Imago, 1988.
- RUSEN, Jörn. "Historical Narration: Foundations, Types and Reason". *History and Theory XXVII* (87-97) 1988.
- STONE, Lawrence. "El Renacer de la Narrativa?". In: *Eco* 239 (449-478) 1981.
- TOPOLSKI, Jerzy. *Metodología de la Historia*. Madri: Cátedra, 1980.
- WALSH, William. *Introdução à Filosofia da História*. Rio de Janeiro: 1978.
- WHITE, Hayden. *Metahistory: The Historical Imagination in the XIX Century*. Londres: John Hopkins University Press, 1973.
- WHITE, Hayden. "Historicism, History and the Figurative Imagination". *History and Theory XIV* (Beiheft) 1974.
- WHITE, Hayden. "The Question of Narrative in Contemporary Historical Theory". *History and Theory XXIII* (1-33) 1984.